

XI Concurso de Redações da Rede Sinodal de Educação

Nome da estudante: Carolina Oliveira Redel Ferreira

Instituição de Ensino: Colégio Evangélico Alberto Torres

Série/Ano e Nível de Ensino: 3º ano do Ensino Médio

Pseudônimo: Lorax

A Teoria da Autodeterminação, elaborada pelos professores Richard Ryan e Edward L. Deci, em 1981, destaca a autonomia como um dos pilares essenciais para o controle das próprias ações, além de ressaltar a valorização social do indivíduo. Somado a isso, a sensação de pertencimento ao meio e a capacidade de realizar ações com competência e consciência crítica favorecem o engajamento ativo do jovem. Dessa forma, a motivação intrínseca e extrínseca apresenta-se como fonte primordial de energia que, quando devidamente estimulada, conduz o estudante a seguir seus interesses e a manter o foco nas atividades propostas, sobretudo no ambiente escolar. No entanto, a ruptura entre o ensino didático tradicional e a realidade sociocultural dos estudantes, aliada a uma estrutura escolar pouco atrativa, compromete significativamente a capacidade de concentração no ambiente de aprendizagem, configurando, assim, um obstáculo relevante enfrentado pelas instituições de ensino brasileiras.

Nesse cenário, evidencia-se, como obstáculo à concentração, a ausência de diálogo entre os conteúdos escolares e a realidade vivenciada pelos alunos. De acordo com o educador e filósofo brasileiro Paulo Freire, em *“Pedagogia da Esperança”*, a educação não deve ser uma prática autoritária, baseada apenas na transmissão de informações, mas um processo que valorize o conhecimento prévio dos estudantes e promova a troca de saberes. Entretanto, no cenário contemporâneo, a prática pedagógica tradicional muitas vezes ignora a cultura, os desafios e as experiências sociais dos educandos, tratando-os como receptores passivos. Isso gera desmotivação, principalmente entre jovens de contextos sociais mais vulneráveis, que enfrentam dificuldades familiares, falta de perspectiva de futuro e problemas estruturais em suas comunidades. Desse modo, uma escola que desconsidera essas vivências tende a afastar o estudante do processo de aprendizagem, o que pode ser comprovado por estudo do Instituto Unibanco (2021), segundo o qual 48% dos alunos do ensino médio não se sentem motivados nas aulas - dado que confirma a urgência de um ensino mais conectado ao cotidiano estudantil.

Ademais, é pertinente destacar que a precariedade estrutural presente em grande parte das escolas brasileiras compromete a capacidade de manter o foco ao longo das aulas. Muitos ambientes escolares carecem de iluminação adequada, ventilação eficiente e materiais de qualidade, além de apresentarem espaços restritos para atividades práticas e interativas, o que torna a aprendizagem pouco atrativa. Essa realidade é agravada pela escassez de recursos tecnológicos e de laboratórios, essenciais para tornar as aulas mais dinâmicas e conectadas com o cotidiano do aluno. Segundo o relatório *Cenário da Educação Básica no Brasil* (2022), apenas 39% das escolas dispõem de laboratórios de ciências em funcionamento e em boas condições de uso, dificultando o oferecimento de práticas experimentais capazes de

estimular a curiosidade e o pensamento crítico dos estudantes. Nesse contexto, a ausência de espaços acolhedores e com qualidade física favorável limita não apenas a concentração, mas também o desenvolvimento integral e o prazer pelo aprender - aspectos importantes para a construção de cidadãos autônomos e críticos.

Portanto, para enfrentar os desafios da falta de concentração dos estudantes nas escolas brasileiras, causados pela desconexão entre ensino e realidade e por estruturas pouco atrativas, faz-se necessária uma intervenção articulada. Diante do exposto, é imprescindível que as Secretarias Estaduais de Educação, órgãos vinculados ao Ministério da Educação, reformulem os currículos escolares, a fim de torná-los mais conectados à realidade dos estudantes. Isso deve ser feito por meio da inclusão interdisciplinar e de práticas pedagógicas baseadas na aprendizagem ativa - como oficinas, debates e projetos de intervenção social - com o objetivo de aproximar o conteúdo escolar do cotidiano estudantil. Além disso, é fundamental que os governos estaduais, responsáveis pela gestão da rede pública de ensino, ampliem os investimentos em infraestrutura, por meio de reformas, aquisição de materiais didáticos atualizados e criação de espaços interativos, com o intuito de proporcionar um ambiente mais atraente e funcional. Essas medidas, ao serem implementadas, contribuirão para um ambiente escolar mais inclusivo e motivador, promovendo não apenas a concentração dos alunos em sala de aula, mas também uma formação cidadã participativa, reflexiva e preparada para os desafios sociais contemporâneos.